

ÁREA TEMÁTICA: ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DO CAMPO

AUTOR

AUGUSTO CESAR MARINS MACHADO

Universidade Federal do Paraná

machado.augustocesar@gmail.com

RESUMO

O presente artigo propõe-se, de maneira não conclusiva, fomentar a discussão acerca da importância das Relações Interorganizacionais (RIOs) ao fortalecimento das organizações do Terceiro Setor. Caminhando sobre um campo minado, em uma literatura ampla e fragmentada, verificou-se a necessidade na seleção de produções acadêmicas que possibilitassem ao leitor deste artigo, direções e sugestões, que possam enriquecer e aprimorar cada vez mais, pesquisas futuras. Sendo assim, verificou-se, através de uma pesquisa exploratória o grau de concordância e as percepções dos dirigentes de Organizações do Terceiro Setor na cidade de Curitiba, em relação a seis correntes teóricas: Ecologia Populacional, Teoria da Contingência, Teoria das Cinco Forças de Porter, Economia das Organizações, Visão Baseada em Recursos e Teoria Institucional. Com base na percepção de tais dirigentes, os resultados demonstraram que duas teorias divergentes (Teoria da Contingência e a Visão Baseada em Recursos) obtiveram a maior média de concordância, reforçando a preferência da hierarquia de resultados, na qual indicou a Teoria Institucional como a perspectiva mais adequada para as organizações pesquisadas.

Palavras-chave: Relações Interorganizacionais, Organizações do Terceiro Setor, Abordagens Teóricas.

ABSTRACT

The present article is considered, in not conclusive way, to foment the quarrel concerning the importance of the Interorganizacionais Relations (RIOs) to the reinforcement of the organizations of the Third Sector. Walking on a mined field, in an ample and broken up literature, it was verified necessity in the election of academic productions that made possible the reader of this article, directions and suggestions, that can enrich and improve each time more, future research. Being thus, it was verified, through a exploratory research the degree of agreement and the perceptions of the controllers of Organizations of the Third Sector in the city of Curitiba, in relation the six theoretical chains: Population Ecology, Theory of the Contingency, Theory of the Five Forces of Porter, Economy of the Organizations, Vision Based on Resources and Institutional Theory. On the basis of the perception of such controllers, the results had demonstrated that two divergent theories (Theory of the Contingency and the Vision Based on Resources) had gotten the average greater of agreement, strengthening the preference of the hierarchy of results, in which it indicated the Institutional Theory as the adjusted perspective more for the searched organizations.

1. INTRODUÇÃO

Com a redemocratização do país, a partir dos anos 80, ocasionando a falência do Estado interventor, cresce a participação e atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSC) (ALVES, 2000; IBGE, 2004; FERNANDES, 1994; FALCONER 1999). Contudo, estas OSCs configuraram-se em diversas formas, muitas até sem qualquer personalidade jurídica. Diante da diversidade dessas organizações, seja pela sua configuração jurídica, terminologias, formas de atuação, propósitos diversos, estas organizações tornam-se um campo amplo e rico de investigações (ALVES, 2002; COELHO, 2000; MORRIS, 2000; BRESSER-PEREIRA, GRAU, 1999; FALCONER, 1999; SALAMON, 1997).

Embora Falconer (1999), no Brasil, tenha considerado o Terceiro Setor como um tema não sendo extensivamente pesquisado, existindo ainda poucos estudos empíricos abrangentes, e um número insignificante, até recentemente com enfoque organizacional. Surgem os primeiros esforços acadêmicos para compreender a temática do Terceiro Setor (FISCHER; MENDONÇA, 2002).

Conforme Fischer e Mendonça (2002), cada vez mais pessoas se interessam e se dedicam a estudar o assunto e a trabalhar em organizações do Terceiro Setor. Com isto algumas informações e conhecimentos estão sendo produzidos a este respeito, mas com iniciativas isoladas e divergentes. Há uma falta de convergência de atividades, assim como da integração entre pesquisadores, estudiosos e militantes, além de pouca divulgação dos trabalhos acadêmicos.

As organizações sociais se fazem presentes num contexto crítico de necessidades de recursos (físicos, materiais, humanos, financeiros); melhorias de processos de gestão (estruturas departamentais coesas e integradas; programas e projetos concisos e coerentes; instrumentos e técnicas adequadas); legitimidade (suporte contextual, prestígio com o público atendido; institucionalização de práticas e ações). A partir da percepção dos dirigentes dessas organizações, conforme o contexto crítico supracitado, verifica-se a importância da investigação dos principais fatores intervenientes ambientais, particularmente os aspectos que envolvem as relações interorganizacionais, sob a ótica de seis perspectivas teóricas, que se adequam as organizações do Terceiro Setor, proporcionando uma visão abrangente e buscando questionar o modelo de racionalidade substantiva vigente em tais organizações.

As organizações estão inseridas no ambiente que exerce influência constante sobre a organização, portanto torna-se necessário o aprofundamento da questão ambiental no cerne das pesquisas organizacionais brasileiras (CUNHA, 2002). A percepção do ambiente, particularmente o relacionamento entre as organizações, influencia de forma intensa no funcionamento das organizações do terceiro setor, que mesmo com um propósito social necessitam da lógica de mercado fundamentada na racionalidade instrumental, onde existe a necessidade de captação de recursos tanto materiais quanto intelectuais, de uma boa gestão, de se enquadrar na legislação vigente para sobreviver. Esta percepção das relações interorganizacionais leva os dirigentes das organizações sociais a agirem conforme as suas concepções da realidade. A realidade destas organizações é socialmente construída pelo indivíduo que se apresenta como um mundo intersubjetivo, cuja interiorização após a objetivação depende da forma como esse indivíduo a interpreta, apreendendo assim a realidade social ao mesmo tempo em que a produz (BERGER & LUCKMANN, 2004).

A importância da percepção da relação interorganizacional por parte dos dirigentes influencia na lógica de funcionamento das instituições, assim também em seu resultado. As perspectivas teóricas abordadas neste trabalho têm suas peculiaridades, mas pode-se separá-las em dois grandes grupos: em teorias deterministas onde o ambiente tem influência incisiva no funcionamento da organização, e outro nas teorias voluntaristas, onde a preocupação maior

é na capacidade de agir das organizações e se volta mais para os seus recursos e capacidades internas.

Dessa forma, o presente estudo se propõe analisar, a partir das perspectivas teóricas das relações interorganizacionais e do terceiro setor, quais as percepções dos dirigentes das organizações sociais na cidade de Curitiba acerca das RIOs.

2 RIOS NO TERCEIRO SETOR

As relações interorganizacionais referem-se a todos os tipos de contatos entre organizações, podendo se estender da forma concorrencial e antagônica para aquelas de natureza cooperativa (CUNHA, 2004). Este autor indica que diversos motivos são apresentados para a justificação da participação num arranjo interorganizacional, dentre os quais encontra-se a incapacidade das organizações de se auto-sustentarem, o que as levam a buscarem no ambiente os recursos necessários para a sua sobrevivência.

Uma premissa teórica em estudos do Terceiro Setor consiste que as relações interorganizacionais são mais importantes do que hierarquias burocráticas para controlar e coordenar trabalhos (BLAU; RABRENOVIC, 1991). As relações são usadas para integrar programas dentro de uma comunidade, coordenar os serviços dos clientes, obter recursos ou para lidar com agências governamentais. Logo, verifica-se, a partir dessas breves considerações, a importância de uma compreensão adequada sobre as relações interorganizacionais voltadas para as organizações do Terceiro Setor.

Com base no objeto proposto pelo presente estudo, pode-se verificar um emaranhado campo de discussões e temas sobre as relações interorganizacionais, particularmente na literatura do Terceiro Setor, como relacionamentos específicos entre Terceiro Setor e Estado, ou entre empresas, com determinados conceitos, são tratados de forma similar, embora outros autores trabalhem alguns conceitos de forma oposta como é o caso dos termos alianças e parcerias (ALIANÇA CAPOAVA, 2005).

Prosseguindo nessa linha de raciocínio, há autores que definem aliança como sendo uma relação de longo prazo e com valores compartilhados, enquanto a parceria seria uma forma de colaboração de curto prazo. Outras publicações afirmam exatamente o oposto, as parcerias consistindo em relações substantivas e construídas no longo prazo, com valores compartilhados, enquanto as alianças seriam movidas por razões táticas, com foco específico e realizadas no curto prazo.

Embora os termos possam ser trabalhados de forma oposta por alguns autores, os elementos constitutivos para as relações interorganizacionais em organizações do Terceiro Setor, sejam definidos por parceria ou cooperação, são similares: tempo (maior ou menor) de duração; existência ou não de complementaridade técnica, financeira ou operacional; grau de identidade entre os parceiros; compartilhamento ou não de crenças e valores; modo pelo qual o planejamento, os objetivos e os papéis são definidos; dimensão do impacto.

Outro ponto recorrente às questões envolvendo os estudos sobre RIOs, pode-se constatar que tais estudos sobre relações interorganizacionais, encontrados na literatura acadêmica de organizações, são proferidos eminentemente dentro do contexto privado. Contudo, podem-se verificar estudos como os de Melo, Fischer e Soares Junior (2003), pelo qual detectaram com 180 organizações da sociedade civil que o estabelecimento de parcerias é importante para o desenvolvimento de projetos e ações sociais e que o nível de relacionamento interorganizacional tem relação com os tipos de fontes financiadoras que as organizações possuem.

A partir da definição de relações interorganizacionais de Oliver (1990), as formas de relacionamento entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor serão identificadas neste projeto de duas formas: como organização social (OS); ou organização social de interesse público (OSCIP). Contudo, isto não denota que só existam essas formas de relacionamento

com o Estado, pode-se haver outras como os termos de convênio ou as certificações de utilidade pública.

As organizações sociais são pessoas jurídicas organizadas sob a forma de fundação privada ou associação sem fins lucrativos, que recebem esse “título jurídico especial”, conferido pelo Poder Público, mediante atendimento dos requisitos previstos expressamente em lei (ALVES, 2000). De outra forma, isto significa a pretensão da criação de uma parceria entre o Estado e as instituições privadas de fins públicos.

Uma outra forma de relacionamento entre o Estado e as Organizações do Terceiro Setor surgiu com a Lei n.9.790/99, conhecida atualmente como Lei do Terceiro Setor, no qual qualifica as associações civis, assim como as fundações como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Além dessa qualificação é instituído também o Termo de Parceria. Estas OSCIPS possuem um benefício em relação a outras formas jurídicas ou contratuais de organizações sociais que seria a remuneração dos dirigentes (ALVES, 2000).

Como exemplo de estudos entre as Organizações do Terceiro Setor pode se identificar a pesquisa de Barbosa e Medeiros (2004). Estes autores verificaram que são desenvolvidas diversas relações interorganizacionais entre o Governo Federal e as organizações do Terceiro Setor, envolvidas na implementação de programas públicos, implicando a necessidade de mecanismos de coordenação interorganizacionais efetivos.

Um campo próspero sobre as relações inteorganizacionais, que vem paulatinamente e com consistência ganhando espaço, encontra-se no universo de trocas, fluxos ou transações duradouras entre as organizações do Terceiro Setor e as empresas.

O relacionamento entre organizações do Terceiro Setor e empresas pode ser representado de forma abrangente por meio de programas de responsabilidade social empresarial. Ashley (2001) considera responsabilidade social empresarial como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de ações e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange ao seu papel específico na sociedade e à sua prestação de contas para com ela.

Esse tipo de relacionamento pode assumir variadas formas, levando a diversas formas de categorização. Austin (2001) caracteriza o grau e o modo de interação entre empresas e organizações do Terceiro Setor na forma, o qual ele chama de Continuum da Colaboração. Para o presente estudo, torna-se conveniente a categorização desse autor que apresenta três estágios pelos quais esse tipo de relacionamento pode passar de filantrópico, transacional e integrativo.

No estágio filantrópico, a natureza do relacionamento o envolvimento entre as organizações geralmente se limita a pedidos de doação de recursos. De outra forma, no estágio transacional o comprometimento é mais ativo e o fluxo de valor passa a ter mais um caráter de mão dupla. O quadro 2 sintetiza as principais características desses estágios.

Quadro 2. Continuum da Colaboração – Características principais dos Relacionamentos

	Filantrópico	Transacional	Integrativa
Mentalidade de cooperação	Síndrome da gratidão e da caridade. Colaboração mínima nas atividades	Mentalidade de parceria. Maior entendimento e confiança mútua	Mentalidade coletiva em vez de individual.
Alinhamento estratégico	Mínima compatibilidade requerida, além do interesse comum em	Coincidência de missão e valores.	Ações estratégicas significativas. Missões e valores compartilhados.

uma área específica				
Valor da cooperação	Transferência pontual de recursos. Intercâmbio desigual.	Intercâmbio de competências e recursos. Projetos de âmbito e risco limitados.	de e	Projetos identificados e desenvolvidos em todos os níveis da organização. Investimentos conjuntos para 'retorno' mútuo.
Administração do relacionamento	Integrantes corporativos com ligação mínima com a causa. Expectativas mínimas de desempenho.	Relacionamentos pessoais por toda a extensão das organizações. Expectativas de desempenho explícitas.		Relacionamentos pessoais profundos em toda a organização. Integração organizacional, incluindo compartilhamento de recursos. Incentivo para estimular parcerias.

Fonte: adaptado pelo autor.

Por fim, diante do cenário das organizações sociais enquadradas no Terceiro Setor verifica-se que a ação ou efeito de interceder, por meio de programas e projetos, vem sendo compreendida cada vez mais como um processo – amplo e heterogêneo – de interdependência mútua entre instituições estatais, organizações da sociedade civil e entidades privadas. Ao se designarem novas formas de relações entre setores (Primeiro Setor; Segundo Setor; Terceiro Setor), organizações e indivíduos, a idéia de relacionamento interorganizacional, seja por meio de alianças e parcerias, cooperações e redes, vêm assumindo importância central na implementação de ações sociais (ALIANÇA CAPOAVA, 2005).

3. A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Atividades voluntárias e a criação de organizações do Terceiro Setor vem sendo formadas para prestar serviços sociais, promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e procurar realizar inúmeros outros objetivos da sociedade ainda não-atendidos ou deixados sob a responsabilidade do Estado.

Contudo, a falta de dados sistematizados, as variações terminológicas, assim como a grande gama de papéis que desempenham, tornam as organizações do Terceiro Setor difíceis de serem identificadas (ALVES, 2002; COELHO, 2000; MORRIS, 2000; FALCONER, 1999; SALAMON, 1997). De acordo com Salamon (1998), sérios problemas de definição conceitual combinam-se com o variado tratamento jurídico que essas organizações recebem nas estruturas legais nacionais. Além, de barreiras ideológicas que também obscurecem a identificação do papel e da escala real do Terceiro Setor.

Outro grande problema enfrentado por essas organizações sem fins lucrativos é a captação de recursos, já que a maioria das necessidades financeiras das organizações dificilmente é suprida pela colaboração dos doadores que se motivam pela causa da organização. A busca de patrocinadores e financiadores torna-se relevante e significa a sobrevivência dessas organizações, bem como a possibilidade de uma participação ativa na sociedade (QUANDT e FERNANDES, 2003).

Em relação às correntes teóricas que permeiam o campo do Terceiro Setor, pode-se constatar o embate entre os enfoques político/ideológico e funcional/organizacional na

construção de estudos e pesquisas da área.

Assim, em consonância com o propósito deste estudo, acredita-se que os principais problemas que afetam as organizações inseridas no Terceiro Setor, assim como os diagnósticos de alguns autores, envolvem aspectos ligados ao universo das relações interorganizacionais. Segundo Wright et al. (2000), as organizações sociais, presentes no Terceiro Setor, podem se beneficiar de forma significativa dos conceitos referentes ao campo das relações interorganizacionais, analisando suas oportunidades e ameaças e desenvolvendo programas e projetos condizentes às necessidades da sociedade.

4. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE RELAÇÕES INTERORGANIZACIONAIS

As perspectivas teóricas que tratam a análise interorganizacional - Ecologia Populacional, Teoria da Contingência, Teoria das Cinco Forças de Porter, Economia das Organizações, Visão Baseada em Recursos (VBR) e Teoria Institucional - no ponto de vista do pesquisador e de alguns autores são analisadas a seguir, para que se possam posteriormente verificar o nível de concordância e os caminhos preferenciais das organizações sociais.

4.1 A ECOLOGIA POPULACIONAL

Esta abordagem pressupõe que populações de organizações se desenvolvem tal como as populações de espécies biológicas. Aquelas que se ajustarem as novas situações sobreviverão e progredirão, enquanto aquelas que não o fizerem encerraram as suas atividades (PUGH & HICKSON, 2004).

Hannan e Freeman (1977) consideram então as organizações, nesta perspectiva teórica, como populações ao relacionar organização e ambiente. A premissa norteadora desta corrente teórica parte de que as organizações são afetadas por seus ambientes de acordo com os modos pelos quais os gerentes ou líderes formulam estratégias, tomam decisões e as implementam.

As principais abordagens e aspectos desta perspectiva são: as pressões inerciais; relação adaptação e seleção; princípio do isomorfismo; teoria da competição; e teoria do nicho. A adaptação para uma população envolve a seleção entre tipos de membros. Processos envolvendo a seleção podem normalmente ser transformados em um nível mais alto de análise como processos de adaptação. Contudo, uma vez que a unidade de análise é escolhida, não existe ambigüidade em distinguir seleção de adaptação.

4.2 A TEORIA DA CONTINGÊNCIA

Esta abordagem enfatiza que a adequada estrutura organizacional depende das demandas ambientais, adota uma abordagem “contingencial”, e rejeita a idéia de que uma forma estrutural particular seja sempre a melhor (PUGH & HICKSON, 2004).

De acordo Lawrence e Lorsch (1973), a abordagem contingencial explica que existe uma relação funcional entre as condições do ambiente e as técnicas administrativas apropriadas para o alcance eficaz dos objetivos da organização. Os fatores ambientais são variáveis independentes, enquanto as técnicas administrativas são variáveis dependentes dentro dessa relação funcional. Em vez de uma relação de causa e efeito entre as variáveis do ambiente e as variáveis administrativas, existe uma relação funcional entre elas do tipo "se-então" e pode levar a um alcance eficaz dos objetivos almejados.

4.3 MODELO DAS CINCO FORÇAS (PORTER, 1986)

A estratégia competitiva para Porter (1986) seria o exame do modo como uma empresa pode competir com maior eficácia para fortalecer sua posição no mercado. A organização, a partir dessa concepção, busca conectar fins (posição da empresa no mercado) a meios (elementos que possibilitam a obtenção dessa posição).

O parâmetro para criação de posição defensável (estável) e para criação da estratégia competitiva genérica (liderança de custo; diferenciação e enfoque) provém de cinco forças competitivas (ameaça de produtos substitutos; novos entrantes; poder de negociação dos clientes; poder de negociação dos fornecedores; rivalidade entre empresas existentes).

4.4 ECONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES

A economia das organizações tem dois aspectos em comum com outras formas de pensar sobre a análise organizacional: (1) interesse na estrutura, no funcionamento e nas consequências para as organizações; (2) a maioria dos economistas de organização tem um interesse significativo na relação entre competição e organizações (BARNEY; HESTERLY, 2004).

No mesmo estudo, os autores expõem que esses dois aspectos geram na literatura acadêmica quatro correntes centrais, cada uma com um foco de questão de pesquisa, relacionadas em função de um tema específico. A primeira é a teoria dos custos de transação que leva em consideração o porquê das organizações existirem; em seguida, a teoria da agência que estuda se os atores envolvidos concordam como uma organização deve ser gerenciada; a terceira são as formas de cooperação, que se preocupa em como as organizações devem cooperar; e por fim a administração estratégica que tem como foco o porquê algumas organizações superam as outras.

4.5 VISÃO BASEADA EM RECURSOS (VBR)

Wernerfelt (1984) considera que a organização é um amplo conjunto de recursos (marcas; tecnologias; práticas eficientes; capital). Apresenta ainda como potenciais recursos a capacidade instalada; fidelidade do consumidor; curva de experiência; liderança em tecnologia. Tais recursos e produtos são indissociáveis, além de criarem barreiras de posição.

Outra importante contribuição para esta perspectiva teórica foram fornecidas por Barney (1991) e Prahalad e Hamel (1995). De acordo com Barney (1991), os recursos podem oferecer vantagem competitiva sustentada; sendo considerados valiosos; raros; e difíceis de serem imitados e substituídos. Por sua vez, Prahalad e Hamel (1995) propõem uma visão orientada no processo da aquisição, manutenção e utilização de competências como forma de obtenção de vantagem competitiva.

4.6 TEORIA INSTITUCIONAL

Distingue-se amplamente entre aspectos institucionais e recursos materiais do ambiente. O ambiente institucional inclui os fatores simbólicos e culturais que afetam as organizações; por sua vez, o ambiente técnico envolve os aspectos materialistas, baseados nos recursos (SCOTT, 2003).

O ambiente técnico é aquele cuja dinâmica de funcionamento desencadeia-se por meio da troca de bens ou serviços, de modo que as organizações que neles se incluem são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho. Logo o controle ambiental é exercido sobre os resultados em termos de quantidade e qualidade, modelando as organizações por

meio de um isomorfismo competitivo (DIMAGGIO E POWELL, 1983; SCOTT E MEYER, 1992; MACHADO-DA-SILVA E FONSECA, 1999).

Os ambientes institucionais caracterizam-se, por sua vez, pela elaboração e difusão de regras e procedimentos que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual. Nesse caso o controle ambiental incide sobre a adequação da forma organizacional as pressões sociais, resultando em isomorfismo institucional. Sob condições de incerteza, as organizações se sujeitam a requerimentos governamentais, copiam estruturas e práticas, ou implementam medidas genericamente aceitas em redes profissionais (DIMAGGIO E POWELL, 1983; SCOTT E MEYER, 1992; MACHADO-DA-SILVA E FONSECA, 1999).

5. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa, do tipo levantamento, de natureza exploratória, com o objetivo de identificar o nível de concordância e as preferências de organizações sociais com referência as seguintes correntes teóricas sobre o ambiente: Ecologia Populacional, Teoria da Contingência, Teoria das Cinco Forças de Porter, Economia das Organizações, Visão Baseada em Recursos e Teoria Institucional.

A pesquisa foi realizada com organizações sociais de diversas características localizadas em Curitiba. A população total de organizações sociais na cidade é de 273. Na impossibilidade da realização de um censo, o critério amostral adotado na pesquisa foi a conveniência, portanto, trata-se aqui de um estudo ainda exploratório (KERLINGER, 2003; KIDDER, 1987). Dos 70 questionários que foram enviados, 46 responderam, o que representa 65% de retorno, resultando em uma amostra de aproximadamente 18% da população total.

A técnica para coleta de dados foi entrevista estruturada, da seguinte forma:

Perguntas direcionadas: agrupam-se as 18 perguntas sobre o nível de concordância com as seis abordagens teóricas pesquisadas, sendo três perguntas para cada abordagem, em uma escala que varia de 1 a 4. Em seguida soma-se o total de pontos de cada escola e divide pelo número de respondentes para encontrar a média de cada abordagem pesquisada. O objetivo destas perguntas é verificar o grau de aceitação das teorias pelas hierarquias.

Hierarquização das preferências: foi solicitado aos participantes da pesquisa que realizasse uma classificação das abordagens teóricas, a partir de resumos que extraem a essência de cada uma delas, classificando de 1 a 6, onde “um” significa maior concordância, e “seis” maior discordância. Após a tabulação, a classificação foi convertida em pontos, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Conceitos e pontos

Conceitos	Pontos
1	6
2	4
3	2
4	0
5	0
6	0

O objetivo dessa distribuição de pontos foi privilegiar as três questões escolhidas como mais próximas das organizações sociais e desconsiderar as três últimas colocadas. O que se busca é distinguir de forma clara as abordagens sobre relações interorganizacionais com base que na percepção de membros-chave.

6. Resultados e Análise da Pesquisa

6.1 Nível de concordância

A média geral das abordagens recebidas pelas seis teorias sobre ambiente foi 2,72, sendo que a escala de resposta foi distribuída em 4 níveis:

1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo totalmente.

Como validação da consistência das três perguntas formuladas para cada teoria, verificou-se o coeficiente de variação das médias destas perguntas, e apenas nas Teoria da Contingência e Teoria Institucional houve mais uniformidade nas respostas sendo o grau de confiança 0,4 e 0,3 respectivamente.

No Gráfico 1 é possível verificar a distribuição das médias de cada uma das abordagens sobre ambiente. Sendo o desvio padrão da Teoria das Cinco Forças de Porter o mais elevado: 1,58, o que representa a teoria que mais se afasta da média geral.

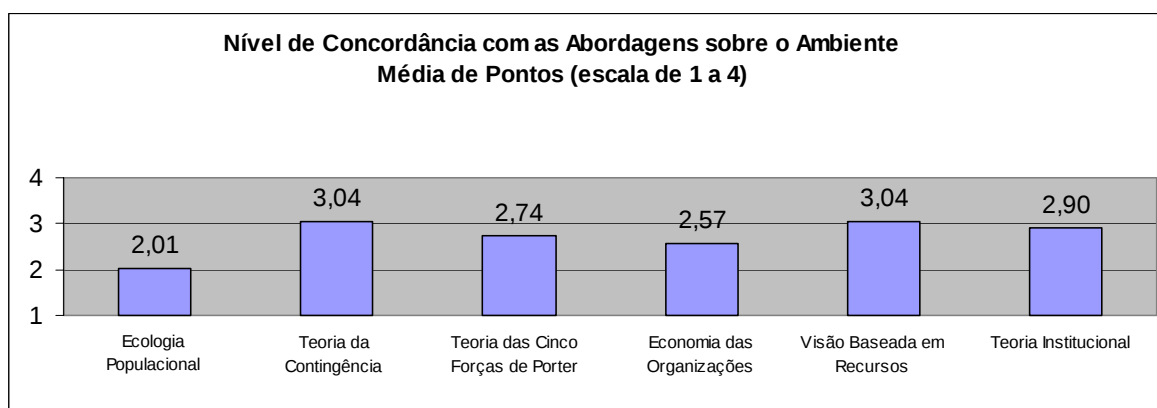


Gráfico 1 – Nível de concordância com as Abordagens sobre o ambiente

Fonte: dados primários

A primeira conclusão que se pode chegar é que há uma concordância entre as abordagens da Teoria da Contingência e Visão Baseada em Recursos. Isto mostra que na percepção dos dirigentes das organizações sociais há uma preocupação tanto com as pressões externas quanto com as capacidades internas da organização.

6.2 Preferências das hierarquias sobre as abordagens sobre ambiente

Definido o nível de concordância das hierarquias em relação às seis abordagens sobre ambiente, o passo seguinte é definir quais são, na percepção dos dirigentes, a teoria que mais se adequa às organizações sociais.

A metodologia de tabulação estabelecida para esta pesquisa, credita pontos de acordo com a classificação que cada respondente dá a uma abordagem sobre o ambiente, conforme Quadro 2. A primeira colocada recebe 6 pontos, a segunda colocada 4 pontos, a terceira colocada 2 pontos e as posicionadas entre a quarta e a sexta posição não recebem pontos. Esta metodologia visa valorizar as abordagens sobre ambiente que são indicadas como mais próximas das organizações sociais.

Através do Gráfico 2, verifica-se que a Teoria Institucional é a mais forte, recebendo 32,33% dos pontos, seguida pela Economia das Organizações – 20,67%, Teoria da Contingência – 19%, Teoria das Cinco Forças de Porter – 11%, Visão Baseada em Recursos

10,67% e Ecologia Populacional – 5,33%.

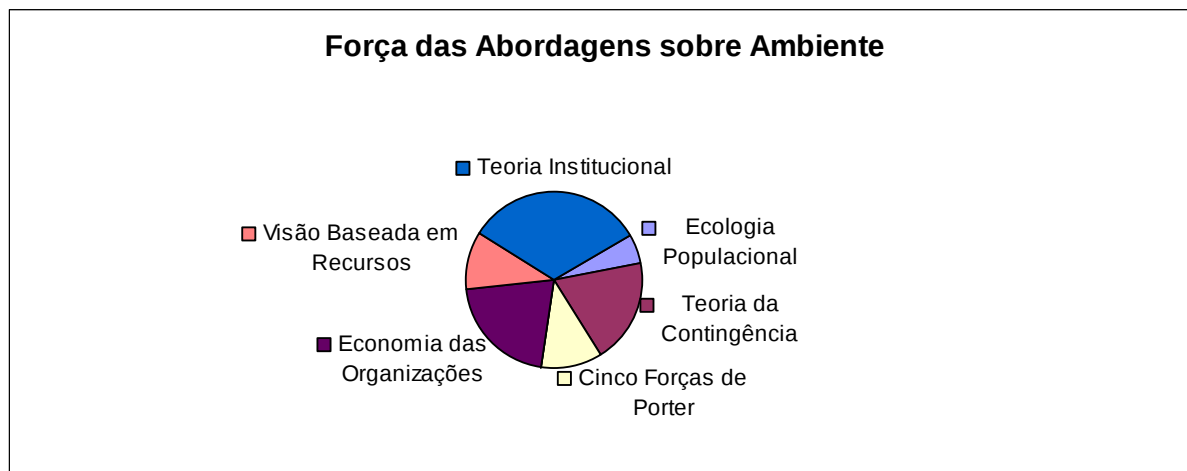


Gráfico 2 – Força das Abordagens sobre Ambiente
Fonte: dados primários

A seguir será analisada a perspectiva da Teoria Institucional, escolhida em primeiro lugar na pesquisa junto aos dirigentes das organizações sociais.

6.3 Análise da Teoria Institucional

Nas organizações pesquisadas, quase dois terços dos pesquisados, conforme Gráfico 3, classificaram a Teoria Institucional como a teoria mais adequada para as Organizações Sociais.

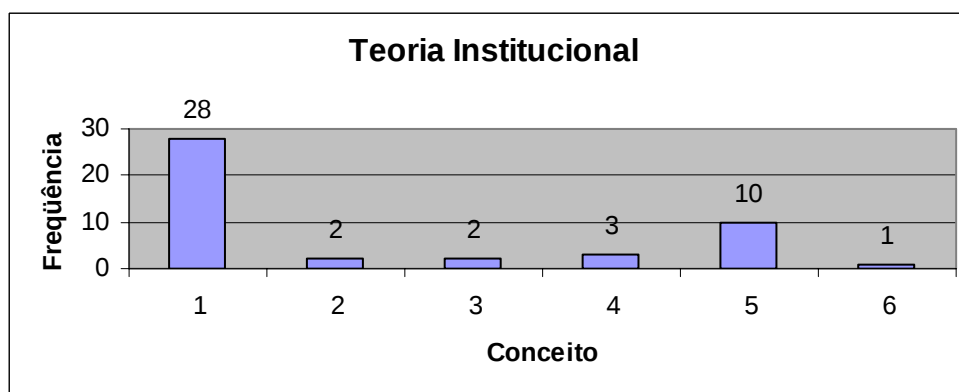
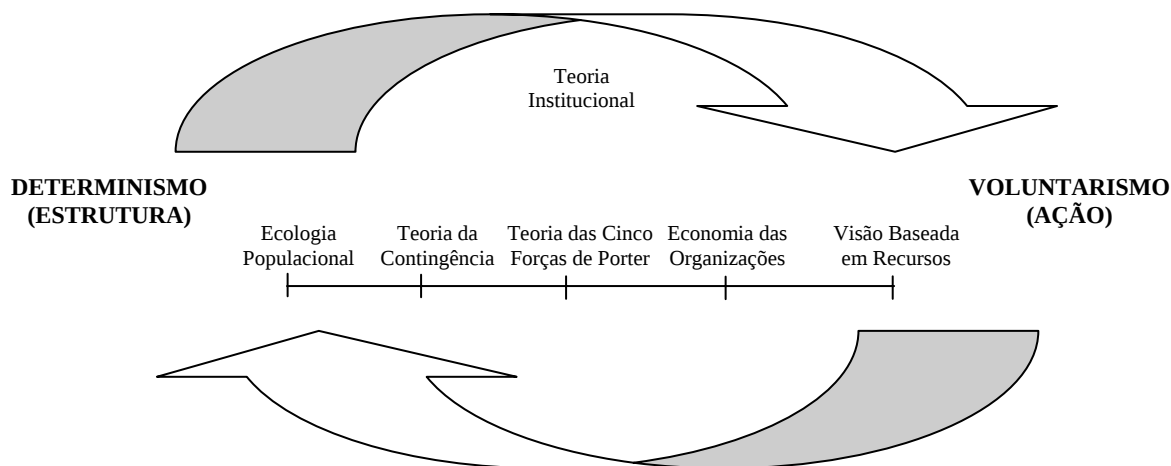


Gráfico 3 Teoria Institucional
Fonte: dados primários

O fato de duas abordagens divergentes obterem as maiores médias reforça o resultado da Abordagem Institucional como predominante na percepção nos dirigentes das organizações pesquisadas, pois esta abordagem defende a idéia de que tanto a ação afeta a estrutura como a estrutura afeta a ação, conforme Figura 1.

Figura 1 Estruturação Ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor.

Numa visão categorizadora, é possível colocar a Teoria da Ecologia Populacional em um extremo determinista, onde na relação entre organização e ambiente é este que tem o poder determinando as ações das organizações. Já no pólo voluntarista o ambiente continua interferindo, mas as organizações agem de acordo com a sua interpretação e suas capacidades tanto materiais quanto intelectuais.

7. CONCLUSÃO

Quanto aos resultados do mapeamento sobre a percepção dos dirigentes sobre as perspectivas teóricas, os resultados mostraram que há um grau de concordância entre as Teorias da Contingência e Visão Baseada em Recursos. Sobre a relação organização e ambiente, se destacaram as teorias Institucional, Economia das Organizações e Teoria da Contingência. Mas tão importante quanto o ranking é a possibilidade de verificar o nível de alinhamento entre as perspectivas divergentes. A partir deste mapeamento, é possível identificar que a Teoria Institucional é uma forte perspectiva teórica que engloba aspectos referentes às organizações sociais.

Como possibilidades de estudos, a partir da análise dos dados, se sugere as seguintes temáticas: estudo das relações entre Estado, Mercado (Empresas) e Terceiro Setor; parcerias estratégicas entre os setores; influências da associação entre relacionamento interorganizacional e conteúdo estratégico nos resultados obtidos pelas organizações.

Uma grande diversidade de contribuições teórico-empíricas pode ser verificada nestes estudos futuros, com uma divulgação mais expressiva destes trabalhos. Cada estudo pode possibilitar uma visão ampliada sobre o nível de conhecimento dos fenômenos organizacionais que envolvem as organizações do Terceiro Setor. Neste cenário de produção, discussão e reflexão acadêmica emergente, que procura se fundamentar em bases teóricas e conceituais insere-se este esforço de conhecer e analisar as tendências que já se configuram na geração e disseminação do conhecimento sobre Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Francisco de Assis. **Fundações, organizações sociais, agências executivas: organizações da sociedade civil de interesse público e demais modalidades de prestação de serviços públicos**. São Paulo: LTr, 2000.
- ALVES, M. A. **Terceiro Setor: as origens do conceito**. XXVI ENANPAD: Salvador, 2002.
- BARNEY, J. **Firm resource and sustained competitive advantage**. Journal of Management, v. 17, n.1, p.99-120, 1991.
- BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. **Economia das Organizações: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica**. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (org.). Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. 1ªed., v.3. São Paulo: Atlas, 2004.
- BLAU, J. R.; RABRENOVIC, G. Interorganizational Relations of Nonprofit Organizations: An Exploratory Study. **Sociological Forum**, v.6, n.2, 1991.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis. Editora Vozes, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N.C. **Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal**. In Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.
- COELHO, S. C. T. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.
- CUNHA, Cleverson da. **Perspectivas Teóricas de Análise das Relações Interorganizacionais**. II Encontro de Estudos Organizacionais: Recife, 2002.
- DiMAGGIO, P. J.; POWEL, W. W.; **The Iron Cage Revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields**. American Sociological Review, v. 48, nº2, p. 147-169, 1983.
- FALCONER, A. **A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de São Paulo. 1999.
- FERNANDES, R.C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FISCHER, R.M.; MENDONÇA, L.R. **Transforming Civil Society, Citizenship and Governance: The Third Sector in an Era of Global (Dis)Order**. ISTR Fifth International Conference Cape Town, South Africa / July 7-10, 2002
- HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. **The population ecology of organizations**. American Journal of Sociology, v. 82, n. 5, p.929-965, 1977.
- IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil 2002**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2003.
- KIDDER, L. H. (org). **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa**. 4 ed. v. 1, São Paulo: EPU, 1987.
- LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. **As empresas e o ambiente: diferenciação e integração administrativas**. Petrópolis: Vozes, 1973
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. **Competitividade organizacional: conciliando padrões concorrenciais e padrões institucionais**. In. VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. Administração Contemporânea: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 1999, p. 27-39.
- MORRIS, S. **Defining the non-profit sector: Some lessons from history**. Civil Society Working Paper 3. Center for civil society, London Scholl of Economics. Also in Voluntas,

2000.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1986.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. **Competindo pelo Futuro: Estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã**; tradução de Outras Palavras. Rio de Janeiro. Campus, 1995.

PUGH, Derek S.; HICKSON, David J. (orgs). **Os teóricos das organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

QUANDT, C. O.; FERNANDES, A.C.C.B. **Aplicação do Conceito de Inteligência Competitiva e seu Impacto no Processo Estratégico em Organizações do Terceiro Setor**. XXVII ENANPAD: Atibaia, 2003.

SALAMON, L. M. **A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global**. Revista de Administração USP. Vol. 33, n.01, jan/mar 1998.

SALAMON, L. **Estratégias para o fortalecimento do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, Evelyn (et.al.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SCOTT, W. R. **Organizations: rational, natural, and open systems**. 5. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2003. cap. 6, 7, e 8, p. 125-229.

SCOTT, W. R. MEYER, J. W. **The organization of societal sectors**. In MEYER, J. W.; SCOTT, W.R. Organizational environments: ritual and rationality. Ed. atual. Londres: Sage Publications, 1992.

WERNERFELT, B. **A Resource-based view of the firm**. Strategy Management Journal, v. 5, n. 2, p. 171-180, 1984.

WRIGHT, P. L. et al. **Administração Estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.